



Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

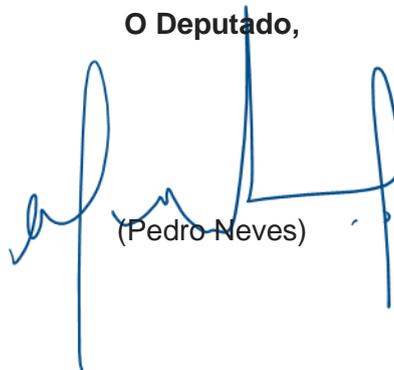
Ponta Delgada, 28 de Abril de 2025

Assunto: Requerimento – Inventariação do património imobiliário para uso habitacional e Bolsa Regional de Imóveis Públicos.

A Representação Parlamentar do PAN/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o seguinte requerimento com perguntas e solicitação de resposta escrita dirigidas ao Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

Com os melhores cumprimentos,

O Deputado,



(Pedro Neves)



**Exmo. Senhor Secretário Regional dos
Assuntos Parlamentares e Comunidades,**

Apesar de o direito à habitação estar consagrado na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 65.º que estabelece que *“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”*, a realidade tem revelado que existe uma diferença preocupante entre aquilo que se legisla e aquilo que se tem vivido nos Açores.

Falar de acesso à habitação ou melhor, da falta dele é falar de um dos desafios sociais mais urgentes da atualidade, que tem ganho contornos particularmente graves nos Açores, uma vez que as especificidades regionais contribuem para a exacerbação dos entraves no acesso a uma habitação condigna.

Nos últimos anos, vivem-se preocupações relacionadas com o estado do parque habitacional dos Açores, devido ao aumento da procura por imóveis e escassa oferta, com forte impacto no crescimento dos preços de compra e arrendamento de imóveis para fins habitacionais, fazendo com que muitos açorianos, em especial os jovens, sejam excluídos do mercado habitacional regional por não conseguirem arcar com os elevados custos, sobretudo aqueles com menor poder de compra, caindo por terra o sonho da casa própria ou a consumação da independência familiar.

A par disso, o número de habitações devolutas, fechadas e sem uso habitacional continua a crescer, assim como os números dos arrendamentos de curta duração, impulsionados pelo sector do turismo. O que tem contribuído para reduzir as já escassas opções habitacionais, resultando na especulação e encarecimento do mercado imobiliário regional.

Por outro lado, a crise do sector da construção, a escassez de mão-de-obra aliada à subida do preço da matéria-prima, acentuada pela guerra da Ucrânia, tem impactado igualmente a capacidade de resposta à crise habitacional, interferindo nos avanços de soluções habitacionais, inclusive as que são financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cuja implementação na região tem enfrentado atrasos significativos.

Ora, segundo os últimos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes aos preços da habitação a nível local, e com base nas transações realizadas no ano de 2024, o preço mediano da habitação nos Açores foi de 1,179€ por m² o que corresponde a um aumento de 6,7€ em comparação com o ano anterior.



Face ao exposto, é imperativo delinear uma estratégia robusta e vinculativa para combater crise habitacional, implementando-se medidas estruturadas e eficazes que assegurem o cumprimento deste direito constitucional.

Não obstante, o PAN/Açores, ao longo dos últimos anos, foi introduzindo diversas propostas de alteração aos orçamentos regionais, – OR22, OR 24 e OR 25, que visavam combater a crise habitacional e melhorar o parque habitacional da região.

Assim, e no âmbito da discussão e votação do Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025, destaca-se a aprovação da acção 10.6.7, que propõe a inventariação do património imobiliário com aptidão para uso habitacional, propondo que o Governo Regional, em parceria com as autarquias locais, realize um levantamento detalhado do património imobiliário público que possa ser destinado à habitação, seja através de arrendamento, construção ou reabilitação. Em paralelo, deve ser criada uma bolsa regional de imóveis públicos devolutos ou disponíveis para habitação.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis e atendendo ao exposto, a Representação Parlamentar do PAN/Açores solicita a V.^a Ex.^a resposta às seguintes perguntas:

- 1. Qual o ponto de situação da execução da acção 10.6.7 do Plano e Orçamento da RAA para 2025?**
- 2. Quais são as autarquias que estão a colaborar na inventariação do património público?**
- 3. Quais são os resultados obtidos até à data?**
- 4. Quais são os critérios utilizados para identificar os imóveis com potencial uso habitacional?**
- 5. Em que fase se encontra a criação da bolsa regional de imóveis público ou disponíveis para habitação?**
- 6. Quando está prevista a publicitação dos imóveis identificados com aptidão para uso habitacional e a respetiva bolsa?**
- 7. Quais serão os critérios e mecanismos que o Governo irá implementar para definir a atribuição dos imóveis para arrendamento, reabilitação ou construção?**

O Deputado,

(Pedro Neves)